Empresas&negócios



Porto Alegre, segunda-feira, 26 de agosto de 2024 | Ano 23 - nº 34 | Jornal do Comércio

EVANDRO OLIVEIRA/JC

REPORTAGEM ESPECIAL

Comércio dos bairros mais atingidos pelas enchentes na Capital busca se reinventar

As cheias de maio impactaram diretamente 20% das empresas de Porto Alegre. Entre os locais mais afetados se destacaram o 4º Distrito e bairros como Sarandi, Humaitá, Centro Histórico, Menino Deus e Cidade Baixa (foto). Dados da prefeitura da Capital indicam que metade dos negócios afetados é formado de microempresários e, dentro desse segmento, boa parte são MEIs (microempreendedores individuais). Um levantamento realizado pela Cielo mostra que a capital gaúcha, em comparação com a média do comércio do Estado, teve quedas mais acentuadas de vendas nominais do comércio varejista. Os últimos números divulgados pelo estudo, de 20 a 26 de maio, indicam que as vendas do segmento no RS subiram 6%, enquanto que, na Capital, ainda estavam 9,7% negativas.

LEIA NAS PÁGINAS 6 A 10

Eufrázio

Editor-Chefe: Guilherme Kolling
guilhermekolling@jornaldocomercio.com.br
Editora de Economia: Fernanda Crancio
fernanda.crancio@jornaldocomercio.com.br
Editora-assistente: Cristine Pires
cristine.pires@jornaldocomercio.com.br
Diagramação: Gustavo Van Ondheusden e Ingrid Muller

Opinião

Tragédia no Sul amplia a dependência de sistemas digitais e a superfície de ataque das empresas

Leonardo Berbert
Especialista em Segurança da Informação da Trend Micro Brasil



Eventos extremos exigem medidas urgentes. As enchentes no Rio Grande do Sul, que afetaram quase 500 municípios deixando praticamente 90% do estado debaixo d'água, trouxeram desafios imensos para milhares de empresas e organizações, que não estavam preparadas para uma catástrofe daquela magnitude. Com suas infraestruturas de tecnologias como data centers, redes e sistemas de energia afetados pelos alagamentos, foi necessário tomar decisões apressadas que podem ter deixado a segurança digital em segundo plano.

Para manter ou retomar rapidamente suas operações, diante da infraestrutura física danificada, muitas empresas recorreram a sistemas digitais e remotos. Isso ampliou suas superfícies de ataque, tornando-as mais suscetíveis às ameaças cibernéticas. Também houve uma colaboração intensa entre profissionais de tecnologia, inclusive com recrutamento de voluntários, que embora seja louvável criou brechas que podem ser exploradas por hackers mesmo tempos depois.

Acessos externos foram abertos de forma emergencial, assim como portas IP precisaram ser liberadas sem as devidas validações. Isso sem falar no uso de computadores domésticos para o acesso a informações sensíveis. Todas essas situações tornaram o ambiente vulnerável e exigem vigilância e providências por parte das empresas gaúchas.

A situação se assemelha ao período da pandemia quando a aceleração da transformação digital – com investimentos rápidos em serviços, aplicativos e infraestrutura em nuvem – abriu lacunas na proteção de soluções, verdadeiros pontos cegos que se transformam em oportunidades nas mãos dos cibercriminosos.

Mas o que as empresas atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul devem fazer para tornar seus ambientes mais seguros?

A primeira providência é realizar uma avaliação completa dos riscos que enfrentam, identificando as áreas vulneráveis, como sistemas de TI, infraestrutura física e dados sensíveis. É importante fazer backups regulares dos dados críticos e armazená-los em locais realmente seguros para proteger o banco de dados contra a perda de informações em futuros eventos.

Investir na educação digital dos colaboradores, reforçando a conscientização sobre o phishing e as práticas seguras em relação ao uso dos dispositivos e proteção de dados, também é essencial para prevenir ataques e infiltração de hackers. Realize treinamentos e campanhas de conscientização para que sua equipe saiba identificar ameaças e lidar com os eventuais problemas.

Outra medida crucial é reforçar a segurança cibernética, atualizando senhas, verificando as configurações do firewall e implementando medidas de proteção contra malwares e ataques cibernéticos. Investir no monitoramento do ambiente e na capacidade de detecção e resposta a incidentes garante que a operação esteja coletando a telemetria das fontes mais relevantes, especialmente se o sistema de TI passou por alterações emergenciais. Tenha em mente que um ataque pode gerar sequestro e vazamento de dados, e uma nova parada dos sistemas da empresa.

Não descuide das identidades, credenciais, aplicação de patches e questões de segurança da migração de ambientes para a cloud. Embora muitos acreditem que estão seguros na nuvem, ao estabelecerem um ambiente híbrido a complexidade do negócio aumenta. Isso significa que à medida que as empresas expandem o número de plataformas, aplicações e tecnologias das quais dependem para as operações diárias, os cibercriminosos têm mais oportunidades para descobrir e explorar vulnerabilidades de softwares. Por isso, é necessário aumentar a proteção, com adoção de soluções de segurança em multicamadas, para ampliar a visibilidade e a detecção de comportamentos suspeitos, e para dar uma resposta rápida no caso de invasões.

Acessos externos foram abertos de forma emergencial, assim como portas IP precisaram ser liberadas sem as devidas validações

O grande desafio das empresas é poder monitorar todos os pontos de maneira eficiente, de forma proativa e não reativa. O gerenciamento de risco relacionado à segurança cibernética oferece um raio-X dos pontos vulneráveis e um direcionamento do que precisa ser feito para elevar o nível de segurança e aumentar a proteção. É como um verdadeiro mapa para que a empresa consiga ver suas fragilidades e estabelecer novas ferramentas e processos.

Os atacantes têm muitos recursos – financeiros, tecnológicos, capital humano e inteligência –, e expandiram suas técnicas e táticas com a crescente digitalização da sociedade. A capacidade de detectar e responder rapidamente a um ataque é que faz a diferença na magnitude do estrago que ele pode causar: se será um dilúvio ou uma chuva passageira.

Porque a venda de carros da enchente é uma boa oportunidade de economia

Adiel Avelar
Presidente da Copart no Brasil

Uma velha máxima do mercado automotivo no Brasil é a de que adquirir automóveis resgatados de enchentes por meio de leilão é uma escolha arriscada. De fato, se a compra for realizada num impulso, sem um estudo prévio da oportunidade e o entendimento da situação real do veículo, a operação pode gerar uma frustração para o comprador. No entanto, essa prática apresenta diversas vantagens que merecem ser destacadas, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental.

Os leilões de automóveis resgatados de enchentes oferecem oportunidades únicas para consumidores que buscam veículos a preços mais acessíveis. Os carros leiloados geralmente têm preços significativamente mais baixos do que os veículos novos ou usados em boas condições, proporcionando uma excelente relação custo-benefício. Para muitos, inclusive, essa é a única forma de adquirir um veículo de qualidade a um preço mais acessível, especialmente em tempos de crise econômica.

Além da economia financeira, a compra de automóveis em leilão também pode ser vantajosa para quem tem conhecimento técnico ou acesso a serviços de mecânica de confiança. A reparação de veículos danificados por enchentes pode ser um processo complexo, mas, com a assistência adequada, é possível restaurar a funcionalidade do carro de maneira eficiente e segura. A transparência dos leilões permite que os compradores saibam exatamente o estado do veículo, incluindo os danos causados pela enchente, o que facilita a tomada de decisão informada.

Outro aspecto importante a ser considerado é o impacto positivo dessa prática no meio ambiente. Quando um automóvel é recuperado e colocado de volta em circulação, evita-se o descarte prematuro de um bem que ainda pode ter muitos anos de uso. A reciclagem e o reuso de veículos contribuem significativamente para a redução de resíduos sólidos, um dos grandes desafios ambientais da atualidade. A produção de um novo automóvel envolve uma série de processos industriais que consomem grandes quantidades de recursos naturais e energia, além de emitir poluentes. Recondicionar e reutilizar veículos já existentes é uma forma eficaz de minimizar esses impactos.

O mercado de leilões de automóveis resgatados de enchentes tem crescido substancialmente nos últimos anos. Nos Estados Unidos, por exemplo, após a devastação causada pelo furacão Harvey em 2017, estima-se que mais de 500 mil veículos foram danificados. Muitos desses veículos foram recondicionados e vendidos em leilões, movimentando um mercado bilionário.

No Brasil, enchentes são fenômenos recorrentes em várias regiões, especialmente em períodos de chuvas intensas. Recentemente vimos no Rio Grande do Sul uma das maiores enchentes de todos os tempos no País. Segundo estimativas da Bright Consulting, consultoria especializada no setor automotivo, os gaúchos perderam cerca de 200 mil carros na tragédia do estado. Isso gera um fluxo constante de veículos danificados que, de outra forma, poderiam ser descartados. O leilão desses veículos não apenas representa uma oportunidade de negócio, mas também um meio de promover a sustentabilidade.

É importante ressaltar que a regulamentação e a fiscalização desse mercado são essenciais para garantir que os veículos vendidos em leilões sejam seguros e estejam em condições adequadas de uso. Os compradores devem ser bem informados sobre o estado real do veículo e ter acesso a todas as informações necessárias para tomar uma decisão consciente.

Considerando toda a robusta legislação brasileira e a transparência praticada pelas principais plataformas de leilões extrajudiciais de veículos, adquirir automóveis resgatados de enchentes via leilão é sim uma decisão vantajosa sob vários aspectos. Com todo o cuidado no processo e a obtenção do máximo de informação sobre o lote de interesse, é possível transformar o que seria um problema em uma solução sustentável e financeiramente vantajosa.

Empresas&negócios

Com a palavra André Tessari

Ocean lança plataforma para apoio a negócios gaúchos

OCEAN CROWDFUNDING/DIVULGAÇÃO/JC



Tessari e a equipe de colaboradores da Ocean atuaram de forma voluntária para auxiliar os atingidos pelas cheias

Cristine Pires
cristine.pires@jornaldocomercio.com.br

A Ocean Crowdfunding, plataforma regulada pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), lançou a campanha SOS Empresas RS (www.sosempresasrs.com.br) para ajudar empresas afetadas pela enchente no Rio Grande do Sul. A iniciativa oferece um ambiente transparente e sem custo, permitindo que negócios recebam doações ou participem de campanhas públicas de captação de recursos.

As empresas têm até o dia 31 de agosto para se cadastrarem e seguem aptas a receber doações pelos próximos 4 meses, sem cobrança de taxas, e podem acompanhar o saldo em tempo real pelo aplicativo Ocean Crowdfunding.

Além do cadastro no site, as empresas recebem um link com informações detalhadas, que pode ser compartilhado com parceiros. O SOS Empresas RS também busca apoio de instituições com fundos reservados, por meio de investimento coletivo regulado. A duração das iniciativas varia conforme a necessidade, e os valores arrecadados são liberados ao final da campanha.

À frente dos negócios, está André Tessari, que tem investido consistentemente em modelos de negócios disruptivos nos últimos sete anos. Mais recentemente, em 2023, trouxe essa aspiração por inovação para um setor ainda muito conservador, o mercado financeiro, fundando a Ocean Crowdfunding, uma empresa de financiamento coletivo de projetos, localizada em Porto Alegre.

Justamente no mês que completou um ano de atividade, em maio de 2024, ao invés de comemorar, o time da Ocean saiu do escritório para se envolver na ajuda humanitária nas cidades de Canoas e Porto Alegre, após as enchentes que afetaram o Rio Grande do Sul. "Conversando com proprietários de estabelecimentos no meio daquele cenário de guerra percebemos que, depois de 30 dias, inúmeras empresas promissoras e saudáveis não tinham condição nenhuma de continuar suas operações", revela Tessari.

Empresas & Negócios - Qual é o modelo de crowdfunding que a Ocean adota?

André Tessari - No projeto SOS Empresas RS, a modalidade utilizada foi doação, sem contrapartidas financeiras aos doadores, mas, normalmente, os projetos listadas na Ocean Crowdfunding seguem os formatos de lending (dívida) e equity (participação societária) – ambas são tratadas caso a caso pois precisam cumprir exigências da CVM, e passam por um compliance jurídico. Na modalidade Dívida o retorno financeiro vem através de recebimento de juros e na Participação societária vem através de participação nos lucros e potencial valorização das ações.

E&N - Como as empresas podem se cadastrar para emitir ofertas de crowdfunding através da plataforma?

Tessari - É muito simples, as empresas devem entrar em contato com o suporte da Ocean via site ou aplicativo e, após responderem um questionário, entraremos em contato. Sendo o projeto aprovado, a empresa passará por um processo de due diligence, pois prezamos muito pela qualidade e segurança das ofertas listadas em nossa plataforma. Após essa etapa a proposta de captação será colocada em oferta pública em nossa plataforma para visualização dos investidores.

E&N - Quais são as exigências legais que as ofertas de captação devem cumprir?

Tessari - As exigências são provenientes da normativa da CVM nº 88 de 2022, que determina que toda plataforma deve estar licenciada pela CVM, que o limite de captação é de até R$15 milhões por ano por empresa, que as empresas elegíveis podem ter receita bruta anual de até R$ 40 milhões, que podem estar registradas como empresa limitada ou S.A., que a oferta deve permanecer aberta por um período mínimo de 30 dias e máximo de 180 dias, dentre muitas outras exigências.

E&N - De que forma é possível acessar os produtos de investimentos da Ocean Crowdfunding?

Tessari - Para acessar os produtos ofertados pela Ocean, você deve baixar o aplicativo da Ocean Crowdfunding nas lojas de aplicativos (Play Store ou Apple Store), responder um pequeno questionário no momento do cadastro e, após isso, você poderá ter acesso ao portfólio de produtos em comercialização na Ocean Crowdfunding.

E&N - Quais são os benefícios para os investidores de participar das campanhas públicas de captação de recursos?

Tessari - Cada modalidade apresenta particularidades positivas frente às formas convencionais. Na modalidade de Dívida, por exemplo, existe a possibilidade de ter um retorno acima da média das rendas fixas tradicionais. Outro benefício é que permite que investidores diversifiquem seu portfólio, investindo em diferentes tipos de ativos, como startups, imóveis, ou projetos inovadores. Acesso a projetos que não estão disponíveis em mercados tradicionais, investimentos em pequena escala. E é possível escolher projetos com impacto social positivo.

E&N - Qual é o diferencial da plataforma Ocean Crowdfunding?

Tessari - O principal diferencial é a inovação no mercado financeiro, onde a tokenização de um amplo conjunto de produtos vêm dando acesso a investimentos inacessíveis à pessoa física comum, ou seja, democratizando grandes investimentos. O ano de 2024 foi marcado pela expansão no rol de produtos ofertados pela Ocean Crowdfunding, onde novas ofertas tokenizadas foram apresentadas, incluindo ainda, novas categorias de produtos, como Certificados de Recebíveis, adquiridos de securitizadoras no Estado e no País. Em mais um avanço institucional, a Ocean também abriu uma securitizadora, o que ampliou de forma considerável as capacidades de atuação no mercado financeiro.

E&N- Quais são as taxas cobradas pela plataforma tanto para os empreendedores quanto para os investidores?

Tessari - A Ocean Crowdfunding cobra das empresas interessadas em emitir uma oferta de captação, uma taxa de intermediação na captação de recursos, que pode variar entre 5% e 10% sobre o valor captado. Já para os investidores não existe taxa para negociar na plataforma.

E&N - Como é feita a gestão dos recursos captados e quais são os mecanismos para garantir que o capital será utilizado conforme o proposto?

Tessari - Os valores captados durante a oferta de captação ficam alocados em uma conta segregada das contas da Ocean, até o final da oferta. Caso o resultado da captação seja bem-sucedido, os recursos captados serão liberados para a empresa emissora. Após o recebimento dos valores obtidos, a empresa deverá prestar contas aos investidores, via envio de documentos para a plataforma da Ocean, conforme as determinações da resolução 88 da CVM. A resolução exige que as empresas emissoras providenciem informações aos investidores entre 3 e 6 meses após o término da oferta. Isso é feito pelo envio de documentos que comprovem que os recursos adquiridos foram utilizados para o fim proposto pela empresa emissora na abertura da oferta de captação.

E&N - Qual é o perfil dos investidores que utilizam a plataforma e qual o tíquete médio investido?

Tessari - Os investimentos na modalidade de crowdfunding são considerados por especialistas como de alto risco, atraindo investidores de perfil arrojado. Esses investidores procuram por ofertas de crowdfunding para diversificar sua carteira. Conforme o mercado de crowdfunding vem evoluindo, na parte regulatória e na quantidade de players e ofertas disponíveis, acreditamos que o perfil de clientes irá mudar, atraindo cada vez mais também investidores de perfil moderado para esse mercado, em busca de novos ativos para suas carteiras. Como as ofertas de captação variam de acordo com as necessidades das empresas que procuram acesso ao capital, investidores podem adquirir ativos por diferentes valores, gerando um tíquete médio variável ao longo do tempo.

Empresas&negócios

Leitura



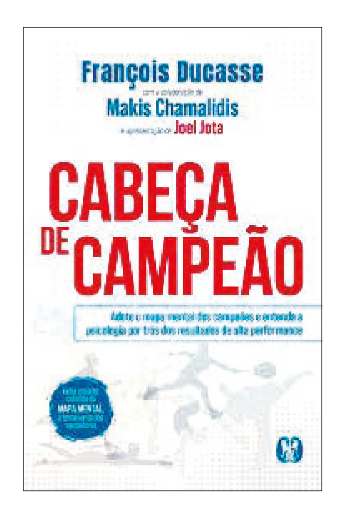
Autodescoberta

O livro "Gestor Diário", de Bertran Filomena e Biagio Filomena, convida o leitor a embarcar em uma jornada diária de autodescoberta e aprimoramento. Em cada uma das páginas desta obra, o leitor encontrará uma frase de grandes pensadores, gurus de gestão, executivos, gestores, cientistas, esportistas e de pessoas importantes na história. Logo abaixo da frase, está uma reflexão dos autores de como podemos aplicar esses insights no dia a dia.

Com uma linguagem leve e acessível, "Gestor Diário" apresenta uma abordagem direta, pensada para ajudar o leitor a transformar teoria em prática para alcançar resultados reais. O objetivo do livro é guiar gestores, líderes e empresários que estão em busca de conhecimento que possa ser colocado em prática imediatamente, gerando melhores resultados e transformação nos âmbitos pessoal, profissional e empresarial.

Biagio Filomena é fundador e consultor master da BCF Consultoria, além de ser professor de pós-graduação em Gestão de Projetos, Gestão Estratégica e Processos Organizacionais. Enquanto isso, Bertran é estrategista de negócios e sócio da referida BCF Consultoria. A dupla também escreveu em conjunto o livro "Todos na Mesma Página: Não se alcança a Excelência sem fazer o básico (bem feito)", que aborda o método de consultoria de Gestão Organizacional da BCF Consultoria.

Gestor Diário; Bertrand S. Filomena e Biagio Caetano Filomena; Buqui; 392 páginas; R$ 79,90.



Superação

A leitura de "Cabeça de Campeão" é essencial para quem deseja colocar em prática a sua mentalidade de campeão e trilhar o caminho da autorrealização. Nesta obra, o autor François Ducasse ajuda o leitor a conhecer o papel e a importância de determinadas qualidades na busca de um sonho e na procura da melhor performance possível em todas as áreas da vida.

O autor oferece ao leitor o Mapa Mental, que revela os obstáculos e armadilhas que se apresentam no seu caminho, assim como as qualidades necessárias para superá-los e alcançar sucesso. Além de ajudar o leitor a conquistar melhores resultados, o livro também busca enfatizar a importância de valores como a generosidade, a lealdade, o sentido de aventura e a elegância.

Através desta obra, o leitor poderá aprender a desenvolver a fé em suas habilidades e a definir sua identidade como lutador, além de conseguir se concentrar em seu próprio cenário e não no de seu adversário. Também será possível descobrir quais são as personalidades e os truques dos campeões.

Resultado de uma longa experiência esportiva dos autores, a obra "Cabeça de Campeão" encoraja o leitor a seguir os seus sonhos até o limite, ajudando-o a realizar grandes proezas na vida e a se tornar um verdadeiro campeão mental.

Cabeça de Campeão: adote o mapa mental dos campeões e entenda a psicologia por trás dos resultados de alta performance; François Ducasse; Citadel; 384 páginas; R$ 59,90; Disponível em versão digital.



Preparação

O livro "Crie palestras inesquecíveis", dos autores Joni Galvão e Dennis Penna, contém dicas e lições importantíssimas que podem ser seguidas por todos os profissionais que discursam em público. Com esta obra, o leitor entenderá como o papel de quem discursa não se resume a "ensinar", sendo importante também proporcionar momentos inesquecíveis para que a audiência possa se preparar para enfrentar os desafios da vida.

Os autores apresentam ao leitor o estudo aprofundado do storytelling como ferramenta de planejamento de discurso e criação de uma história bem contada. Por meio de dicas baseadas nas técnicas cinematográficas de Hollywood, o leitor aprenderá a ter mais controle sobre a experiência que a audiência irá vivenciar.

Depois de concluir a leitura desta obra, o leitor se sentirá muito mais preparado para falar com qualquer público, livrando-se da insegurança e sentindo-se capacitado e confiante. Assim, ele garantirá que o espectador crie uma conexão emocional com as apresentações, que terão impacto duradouro e inspirarão mudanças reais. O autor acumula mais de 15 anos de experiência em identificar e auxiliar palestrantes pelo Brasil, sendo o fundador da Polo Palestrantes. Joni Galvão, por sua vez, é dono da Plot, empresa referência em storytelling para branding, marketing, publicidade e vendas.

Crie palestras inesquecíveis: como construir um storytelling capaz de conquistar e transformar audiências; Dennis Pena e Joni Galvão; Gente; 192 páginas; R$ 64,90; Disponível em versão digital.

Responsabilidade social

Apenas duas capitais brasileiras têm as políticas básicas para LGBT+

» *Pilares incluem formação de órgão gestor, conselho, plano e programas*

Um levantamento feito com as 26 capitais estaduais brasileiras mostrou que apenas duas delas (Fortaleza e Salvador) possuem os pilares básicos de políticas voltadas para a população LGBT+, que consistem na existência de um órgão gestor, um conselho, planos e programas municipais voltados para essa população. O mapeamento, feito pela Aliança Nacional LGBT+ e pelo Grupo Arco-Íris, foi divulgado no começo deste mês.

De acordo com os organizadores do estudo, o objetivo é mapear essas políticas públicas consideradas básicas, chamadas de "tripé da cidadania LGBT+". O órgão gestor é uma secretaria, subsecretaria ou coordenação dentro da estrutura da prefeitura voltada especificamente para formular e executar políticas. Já o conselho é um órgão colegiado formado por governo e sociedade civil com natureza deliberativa.

Por fim, o terceiro pilar do tripé se subdivide em um plano com ações e metas para enfrentamento da LGBTfobia e promoção da cidadania para essa população; e em um programa implementado para atendimento e acolhimento dessas pessoas.

Esse terceiro pilar também analisa se há um orçamento para execução desse plano e desse programa previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Plano Plurianual (PPA). "Ainda temos muito a cobrar e nos articular, enquanto sociedade, para que os governos atinjam indicadores de pleno desenvolvimento das políticas públicas para a comunidade LGTB+, pelo menos o pleno desenvolvimento desse tripé da cidadania, que seria o básico", afirma Cláudio Nascimento, diretor da Aliança Nacional LGBT+, que coordenou o mapeamento junto com o pesquisador Rogerio Sganzerla.

Em relação à existência de um órgão gestor, o mapeamento constatou que a estrutura existe em 15 capitais, mas apenas nove delas possuem diretrizes no PPA 2022-2025 e sete têm previsão orçamentária na LOA 2024.

Conselhos municipais são encontrados em 13 capitais, dos quais dez são protegidos por leis ordinárias. Somente duas cidades, Florianópolis e Salvador, possuíam destinação exclusiva a esse órgão em sua LOA 2024.

Apenas seis das 15 capitais com órgão gestor municipal possuem programa voltado para implementação das políticas públicas. Um número ainda menor (três) dispõem de um plano voltado para o planejamento setorial de curto, médio e longo prazo com aprimoramento e aprofundamento da organização e implementação de políticas públicas.

Oito capitais não possuem nenhum desses pilares, sendo seis na região Norte (Boa Vista, Macapá, Manaus, Palmas, Porto Velho e Rio Branco) e dois no Nordeste (Aracaju e São Luís).

Além das políticas básicas, o mapeamento avaliou a existência de legislação sobre nove direitos e garantias à população LGBT+: nome social para travestis e transexuais; sanções por preconceito em relação a sexo ou orientação sexual; datas comemorativas; vedação de contratação de profissionais ou espetáculos homofóbicos; reconhecimento de entidades históricas; obrigação de fixação de cartaz sobre punição a discriminação; selo da diversidade; incentivo fiscal em projetos sociais; e obrigação de registros de violência. Palmas, São Luís, Rio Branco, Macapá e Boa Vista não possuem nenhuma legislação para qualquer um desses nove direitos e garantias.

FERENC ISZA/AFP/JC



Mapeamento constatou que existe um órgão gestor em 15 capitais, mas apenas nove delas possuem diretrizes no Plano Plurianual 2022-2025

Confira o ranking por estados

O levantamento, que faz parte do programa Atena, também atribuiu notas, de 1 a 5, com base na qualidade de vários indicadores das políticas e da legislação dessas capitais.

Nenhuma capital chegou a um patamar considerado "excelente". São Paulo, apesar de não possuir nenhum plano municipal, obteve o melhor desempenho entre todas as capitais, com uma média de 3,30 pontos.

Além de São Paulo, apenas Salvador (3,71), Natal (3,27) e Maceió (3,00) conseguiram ficar no patamar "bom" (3 pontos ou mais). Completam a lista das dez capitais com maiores notas Recife (2,93), Florianópolis (2,85), Fortaleza (2,75), Belo Horizonte e João Pessoa (2,64) e Belém (2,55).

Doze capitais ficaram em um patamar "insuficiente" (abaixo de 2 pontos), das quais cinco capitais receberam a nota mínima (1,00), por não possuírem nenhuma política das políticas básicas nem legislações específicas: Palmas, São Luís, Rio Branco, Macapá e Boa Vista.

"Nenhuma capital atingiu 'excelente'. Isso traz um alerta para os governos, de que precisam ter um conjunto de estratégias para responder a esse indicador tão frágil", pontua Nascimento.

Eufrázio

REPORTAGEM ESPECIAL

Comércio de Porto Alegre ainda sofre com os efeitos das inundações

» *Fecomércio-RS estima uma perda de R$ 20 bilhões em ativos de empresas de todos os portes no RS*

Liège Alves, *especial para o JC*
economia@jornaldocomercio.com.br

As águas que inundaram em maio Porto Alegre e boa parte do Rio Grande do Sul não fizeram nenhuma distinção socioeconômica. Chegaram em bairros de todas as classes sociais, cobrindo 30% do território da Capital e atingindo 160 mil pessoas. Nesse mesmo mês, de acordo com Rodrigo de Assis, coordenador do eixo de Economia e Finanças do Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática da prefeitura de Porto Alegre, foram perdidos 2.500 empregos formais na cidade. E esse número cresce quando se acrescentam os 40% de vagas informais.

A Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS) estima uma perda de ativos das empresas, de todos os portes, da ordem de R$ 20 bilhões em todo o Estado.

O comprometimento da estrutura produtiva e da capacidade de se reerguer das empresas afetadas direta e indiretamente torna difícil elencar os principais desafios que esses empreendedores terão pela frente. Conforme o presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn, são muitos e ainda urgentes. "Os efeitos sistêmicos ultrapassam o efeito da mancha de inundação e têm proporções maiores em relação ao dimensionamento que parece ter sido feito pelas políticas até então implementadas", sinaliza o dirigente.

O economista da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) Oscar Frank explica que no pior momento da crise as vendas nominais do comércio chegaram a cair 16,7% — queda disseminada que atingiu todo o comércio varejista, exceto nos supermercados. Os números analisados pelo economista vêm do levantamento feito pelo Itaú, com base nos dados de cartão de crédito e de Pix realizados no período.

De 29 de junho a 5 de julho, em comparação com o período equivalente de 2023, já se esboça uma retomada de 13,2%, com boa parte dos setores mostrando recuperação. Frank atribui esse desempenho à antecipação de benefícios e outros recursos novos que vêm movimentando a economia.

A dúvida é a sustentabilidade desse movimento de alta, conforme Frank. "Em muitos casos estamos antecipando consumo. Benefícios que seriam pagos no futuro foram antecipados. Recompor patrimônio, como material de obras ou eletrodomésticos, não acontece com grande recorrência. Portanto, esse impacto concentrado no curto prazo não tende a se repetir", alerta.

O setor de serviços, que tem grande peso na economia gaúcha, foi um dos segmentos que mais sentiu a crise com a enchente. Setores ligados ao turismo tiveram uma queda de arrecadação muito grande, principalmente por conta de alimentação e hotéis, duas áreas que ainda seguem com taxas negativas de crescimento. Na semana de 14 de maio, o setor terciário decaiu 27,8%, enquanto que, na semana de 5 de julho, foram 3,1%. "O consumidor sempre vai priorizar o que é essencial. Além das restrições logísticas, por conta do fechamento do Aeroporto Salgado Filho, as famílias cortam viagens e saídas para restaurantes para focar no que consideram essencial", explica Frank.

O presidente da Fecomércio-RS observa que, na cadeia do setor turístico, grande parte das empresas impactadas está fora da mancha de inundação. Portanto, não se qualificam para fazer parte das políticas de auxílio a Pessoas Jurídicas anunciadas. Bohn ressalta que essa é uma das dificuldades impostas pelos desenhos das políticas implementadas. "Seja na frente do amparo à manutenção do emprego - com ajuda tardia, insuficiente e critérios que dificultavam muito a qualificação das empresas para o programa -, seja nas dificuldades relacionadas ao crédito ou a expiração das prorrogações dos recolhimentos tributários e trabalhistas", critica.

Em relação ao crédito, o dirigente acredita que, apesar das linhas com boas condições de juro e prazo, há muitos entraves que limitam o alcance das medidas anunciadas, como as restrições à área de inundação, insuficiência de recursos disponibilizados e falta de regulamentação para liberação de novas contratações. "Por exemplo, na segunda rodada esperada do Pronampe, exigências de garantias e certidões negativas que restringem a possibilidade de acesso para empresas muito afetadas, exigências de manutenção do quantitativo de empregados e demora na liberação após as contratações", avalia Bohn.

O caminho ainda parece ser longo para a total retomada do comércio de Porto Alegre. Um levan-

THAYNÁ WEISSBACH/JC



Frank lembra que o Estado vem de um histórico de intempéries climáticas



O Sarandi foi um dos bairros mais afetados pelas cheias que assolaram a Capital e a maior parte dos municípios do R

tamento realizado pela Cielo mostra que a Capital, em comparação com a média do comércio do Estado, teve quedas mais acentuadas de vendas nominais do comércio varejista (veja o gráfico). Os últimos números divulgados pelo estudo, de 20 a 26 de maio, indicam que as vendas nominais do comércio do Estado subiram 6%, enquanto em Porto Alegre ainda estavam 9,7% negativas, em relação ao mesmo período do ano passado.

Um estudo da Câmara de Dirigentes Logistas de Porto Alegre (CDL-POA) avalia que, entre maio e junho, houve uma perda do PIB de R$ 11,3 bilhões no Estado, em comparação ao mesmo período de 2023. Esse número não contabiliza a perda de patrimônio e de estoque das empresas. A dúvida que permanece, conforme Frank, é o tempo que a economia gaúcha vai levar para se recuperar. Ele lembra que o Estado já vem de um histórico de outras intempéries climáticas. Em quatro anos, foram três estiagens que prejudicaram a safra e mais a pandemia. "Tudo vai depender do tipo de apoio que o Estado irá receber, pois vamos precisar de projetos, de uma busca ativa de fundos disponíveis. Se fizermos as coisas certas, boas obras de prevenção, a retomada pode ser mais rápida". acredita.

Vendas nominais do comércio RS X POA

Período	RS	POA
De 29/04 a 5/05	-15,7% ↓	- 17,4% ↓
De 6 a 12/05	+ 2% ↑	- 31,1% ↓
De 13 a 19/05	+10,5% ↑	- 21,5% ↓
De 20 a 26/05	+ 6% ↑	- 9,7% ↓

Fonte: Cielo

A enchente em Porto Alegre em números

30% do município foi atingido

160.210 mil pessoas afetadas diretamente

417 equipamentos públicos destruídos parcial ou totalmente

480 hectares de área afetada

R$ 3,2 bilhões mensais de danos financeiros

1.081 quilômetros de vias públicas afetadas

45.970 empresas afetadas - 20% dos CNPJs de Porto Alegre

R$ 6,6 bilhões mensais de perda de capital investido

CARLOS FABAL/AFP/JC

io Grande do Sul, em uma tragédia ambiental sem precedentes no Estado

CESAR LOPES/PMPA/DIVULGACAO/JC



Secretário municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade estima um prejuízo de R$ 3,2 bilhões ao mês

Prefeitura enfrenta o desafio de reconstruir

Para que a vida e o comércio em Porto Alegre voltem ao normal, é preciso planejar e realizar obras de prevenção de cheias e de reconstrução da cidade. A prefeitura da Capital estima que o impacto econômico no setor privado atingiu quase 46 mil empresas, somando 20% dos CNPJs de Porto Alegre, causando danos de R$ 3,2 bilhões ao mês para a cidade. No âmbito do setor público municipal, as perdas e custos de recuperação superam R$ 12,3 bilhões.

Para iniciar o trabalho de reconstrução da Capital, a prefeitura criou o Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática de Porto Alegre, que vai buscar recursos de diferentes fontes, além do fundo municipal, para viabilizar e fazer a gestão das obras que a cidade. "São valores muito significativos de prejuízos, tanto público como privado, o que faz com que a gente repense as estratégias e as nossas prioridades, e foque no esforço para devolver a normalidade da operação da cidade", explica Germano Bremm, coordenador do Escritório de Reconstrução e secretário municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade.

As metas de continuar retendo e atraindo talentos, gerar riquezas e oportunidades depende agora de reconstruir a infraestrutura básica perdida para a cidade voltar a operar de forma mais eficiente. Com base nesse foco inicial, foram estruturados seis eixos estratégicos: recuperação da infraestrutura e equipamentos públicos, habitação de interesse social, projetos urbanos resilientes, recuperação de atividades empresariais e financeiras, adaptação climática, monitoramento e transparência. "Queremos trazer essas estratégias para o mundo real no menor tempo possível para criar a condição do mercado se desenvolver. As empresas precisam de um território seguro para captar recursos, para reinvestir, para colocar a economia para girar", diz o secretário.

Mais de 333 escolas, postos de saúde, praças, centros de referência de assistência social afetados estão em processo de reconstrução. Nessa parte de infraestrutura, serão investidos mais de R$ 800 milhões. No sistema de proteção, especialmente nos bairros mais afetados, será preciso fazer uma atualização. Nesta parte mais de R$ 5 milhões já estão contratados entre laudos, anteprojetos, projetos básicos. A previsão é de um investimento total em torno de R$ 510 milhões. Ao todo, conforme o secretário, mais de 300 obras terão que ser realizadas para recuperar a cidade e, consequentemente, a sua economia.

Continua na **página 8**

Eufrázio

REPORTAGEM ESPECIAL

Catástrofe gera união e movimento de empresários na Cidade Baixa

Liège Alves, *especial para o JC*
economia@jornaldocomercio.com.br

A enchente que tomou conta de boa parte das ruas da Cidade Baixa gerou uma corrente de solidariedade que acabou se transformando em uma ação coletiva para repensar o bairro.

A primeira conclusão do grupo foi a de que a regiãoprecisava de melhorias em vários aspectos mesmo antes da cheia. A partir dessa constatação, o segundo passo foi repensar, dentro das características históricas, culturais e gastronômicas, o que poderia ser aperfeiçoado.

Esse movimento coletivo deu espaço à criação de uma associação chamada Viva CB. Segundo o presidente desse movimento, o empresário Diego Hoch, o objetivo é abrir um diálogo para ver os pontos de convergência de diversos segmentos que atuam na região. "Precisamos pensar no bairro que queremos para não ficar na mão de agentes externos, nas potencialidades que temos, e planejar ações", diz Hoch.

A proposta é dialogar com o poder público para reivindicar o que o bairro necessita de infraestrutura de forma mais urgente. De acordo com o presidente do Viva CB, três pautas principais surgiram na pesquisa feita com os empreendedores locais: iluminação, segurança e limpeza. "A iluminação das ruas está péssima, o que gera a uma sensação de insegurança para os frequentadores e moradores".

Além de conversar com o poder público, o grupo pretende abrir canais de diálogo com entidades que tratem de urbanismo para repensar o modelo de ocupação do bairro. Outra iniciativa foi a parceria com uma empresa de software gaúcha que vai mapear todos os produtos e serviços disponíveis da região e colocá-los em um app para facilitar a busca do consumidor. A ideia é de que, inicialmente, essa plataforma fique direcionada por três meses apenas para a Cidade Baixa. Está no plano a criação de um portal com as empresas e prestadores de serviços do bairro, o qual também será canal de divulgação das iniciativas coletivas do Viva CB.

Hoch destaca que a sustentabilidade é outro pilar importante que está no radar dos empresários que fazem parte da associação. "Queremos implantar o uso de tecnologia sustentáveis nos negócios do bairro. A enchente nos fez pensar o que podemos melhorar em nosso dia a dia", pontua.

ANSELMO CUNHA/AFP/JC



Entre as medidas, o Grupo Viva CB pretende abrir canais de diálogo com entidades que tratem de urbanismo para repensar o modelo de ocupação do bairro

Do caos à criação de uma rede de solidariedade

O nome do bar do qual é proprietário faz jus ao momento que o empresário Diego Hoch passou durante a enchente em Porto Alegre: Caos. Há dois anos instalado na rua João Alfredo, o espaço de música autoral ficou interditado por mais de um mês e só sobreviveu por conta de uma corrente da rede de solidariedade que se formou no entorno. A ajuda de fornecedores e de músicos foi o combustível que deu força para o empresário reabrir as portas.

Hoch, que é sociólogo, estava trabalhando em abrigos de Canoas no dia em que a água tomou conta do bar. Quando chegou na Capital, depois de três horas, o local já estava isolado e as ruas da volta todas alagadas. Nesse dia, também ficou sem conseguir entrar na sua casa, que fica na Cidade Baixa.

Depois de uma semana, conseguiu entrar no Caos e conferir os prejuízos. A água havia tapado os freezers, todos os móveis, notebook, caixas de som, estragou porta contra incêndio e até as fechaduras. Restou uma crosta de barro para limpar. A ajuda chegou de amigos dispostos a fazer um mutirão de limpeza. "Ficamos fechados 45 dias porque não tinha nem clima. O bairro ficou 30 dias sem abrir o comércio. Uma casa de shows é mais difícil que um barzinho. Várias apresentações foram canceladas, inclusive de uma banda suíça", relembra.

Só depois de 45 dias a casa abriu com um festival de bandas locais autorais e a resposta do público e dos parceiros foi essencial para manter o ânimo do empreendedor. "Muitos artistas nos procuraram para doar o cachê, profissionais de iluminação também quiseram doar. Teve essa parte muito legal das pessoas quererem ajudar".

Desse período de crise, Hoch levou como aprendizado a importância de um plano assertivo de comunicação com os profissionais que fazem parte da cadeia produtiva do empreendimento para construção de alternativas e de solidariedade. O fortalecimento da rede de parceiros e articuladores para esse que é um dos poucos palcos para música autoral na cidade. E a criação do movimento chamado Viva CB, que envolve empreendedores da Cidade Baixa e que pretende desenvolver ações coletivas para fortalecer o bairro.

EVANDRO OLIVEIRA/JC



Força para retomar shows veio da rede de fornecedores e artistas, diz Hoch, e reabertura foi 45 dias após a cheia

Empresas&negócios

THAYNÁ WEISSBACH/JC



Gabriel de Almeida renegociou preços com fornecedores e precisou comprar e consertar equipamentos danificados

No Menino Deus, corrida contra o tempo para voltar a faturar

Gabriel de Almeida foi daqueles capitães que não abandonaram o barco quando veio a catástrofe. Ele acompanhou passo a passo a chegada da água no bairro Menino Deus e só saiu do minimercado que administra quando viu que não tinha mais chance de fazer algo. Mesmo assim, ficou por perto, vigilante, cuidando para não correr o risco de ser saqueado.

Como havia levado os carros para um lugar seguro e seco, pôde ajudar família e vizinhos a saírem de casa e também a levar mantimentos para aqueles que não tinham condições de se deslocar.

Do negócio criado pelo pai há 50 anos e administrado pela família até hoje, restou pouco. Móveis, prateleiras, mercadoria avariada, vidros que explodiram com a pressão da água, maquinários e equipamentos da área da cozinha que usam para produzir pães, cucas e linha de salgados danificados. "Nunca vi acontecer isso, o que acabou nos prejudicando de tomar uma medida que pudesse nos precaver. Ficamos até a última hora trabalhando, quando me deparei com a água que estava saindo das bocas de lobo e não tinha mais o que fazer. Como estava com muito estoque, nem tinha onde colocar", conta. Depois disso, passou um mês com faturamento zerado até que conseguisse voltar a operar e, mesmo assim, a cada dia se depara com um problema que é a consequência da enchente.

A estratégia, no começo, foi renegociar com os fornecedores as dívidas pendentes e ir resolvendo todos os entraves que vão surgindo, como comprar e consertar equipamentos, reformar o piso, as aberturas, trocar as prateleiras, refazer a parte elétrica. Como todos envolvem novos gastos, o empresário saiu atrás de linhas de crédito. No Pronampe Solidário não se enquadrou. Conseguiu apoio do programa Sebraetec Supera, mas ainda não recebeu os recursos. "Passo correndo para resolver todas as pendências. Estou atrás de linhas de crédito, só depois vou pensar adiante".

A boa notícia é que recebeu muito apoio da rede de fornecedores que renegociou boletos sem problemas, prestadores de serviços com os quais trabalhava lhe deram prioridade e até a vizinhança do Menino Deus ajudou no processo de limpeza quando, finalmente, reabriu as portas.

União da sociedade civil para estimular a retomada nos bairros Humaitá e Navegantes

Das 70 empresas filiadas à Associação das Empresas do bairro Humaitá/Navegantes (Aehn), em torno de 75% retomaram suas atividades. Cerca de 25% ainda estão em processo de recuperação, seja das dependências ou do maquinário. A estimativa vem do vice-presidente da Aehn, Luiz Camargo, cuja empresa voltou a atender seus clientes em julho, porém de forma precária, pois ainda falta para eles móveis da sede, que foram perdidos.

Pelas contas do dirigente, a zona que compreende a Arena do Grêmio até a Rodoviária de Porto Alegre detém de 4 mil a 5 mil CNPJs, entre micro e pequenas empresas. "No primeiro momento, no final de maio e início de junho, a sensação era de que as empresas não iriam mais ficar no 4º Distrito, mas na pesquisa feita pela entidade tivemos uma boa resposta sobre esse aspecto", comemora Camargo.

EVANDRO OLIVEIRA/JC



Maioria dos empresários pretende seguir no 4º Distrito, relata Camargo

O empresário relata que, no primeiro momento da enchente, o sentimento geral foi de desânimo, mas passado o impacto, a sensação é de que será possível retomar com base na resiliência dos líderes das empresas e dos colaboradores. Todos com muita garra e tentando fazer melhor para conseguir mais resultado, segundo ele.

A pesquisa feita pela Aehn reflete essa tendência. Das empresas que responderam o questionário, 89,7% disseram que vão permanecer na região, e apenas 29% terão que demitir funcionários. "A maior queixa dos associados fica por conta das assistências governamentais que não estão chegando, principalmente federal. Há uma dificuldade de acesso ao dinheiro prometido pela União", diz o dirigente.

Para Camargo, ninguém estava preparado para o que aconteceu. "Estou há 45 anos no bairro e jamais imaginava que a água chegaria a mais de um metro da cota normal, mesmo longe do Guaíba", lamenta. O aprendizado que fica dessa catástrofe, segundo Camargo, é entender que será necessário um planejamento de longo prazo. Caso contrário, todos estarão suscetíveis a novas tragédias como a que aconteceu em maio de 2024.

A principal reivindicação da entidade atualmente é a limpeza dos detritos e da areia da rede pluvial, que ainda permanecem nas tubulações do bairro. Sem essa medida, o temor é de que qualquer chuva mais forte possa acontecer com novos transbordamentos, pois o maior problema não foi a chuva e, sim, a água que voltou pelos esgotos.

"Estamos participando junto com a prefeitura e outros atores dando sugestões. Dessas reuniões, saiu o plano apresentado na Associação Comercial de Reconstrução da Cidade. A sociedade civil vai ter que pegar junto. Só os órgãos governamentais não vão dar conta", estima. Por conta dessa disposição, durante o período de enchente foi criado um grupo chamado

"Juntos pelo 4D", que coordenou as doações, fez distribuições de donativos e de produtos de limpeza e que agora segue realizando ações pontuais nas empresas mais afetadas. O objetivo é seguir no processo, que já estava acontecendo e foi interrompido, de revitalização da área.

Continua na **página 10**

REPORTAGEM ESPECIAL

Loja no DC Navegantes está em processo de recuperação de estoque

Liège Alves, *especial para o JC**
economia@jornaldocomercio.com.br

A Balbueno Tapetes sobreviveu a muitas mudanças desde a inauguração do Shopping Dc Navegantes, em 1994. O empresário Gelson da Silva Balbueno começou com uma loja de 49 metros quadrados, ampliou o espaço e os negócios. Atualmente, tem mais três unidades, além dessa, considerada a matriz.

Por conta de toda essa história, o empresário relata que o alagamento da loja envolveu múltiplos sentimentos. "Foi muito triste, depois de quase um mês que conseguimos entrar. O 4º Distrito foi o primeiro a alagar e o último a voltar. Tivemos um drama mais estendido, sofremos de uma forma diferente", relembra.

A dificuldade de acesso fez com que os lojistas não conseguissem calcular o prejuízo real. O shopping ficou fechado e as águas subiram mais de dois metros. "Em 30 anos nunca tinha acontecido nada nessa dimensão. O 4º Distrito sempre foi prejudicado por algumas inundações, mas nunca nessas proporções", frisa.

Assim que receberam a circular do DC Navegantes de que teriam que fechar, pela experiência que tinham, a providência inicial foi tirar os produtos do chão, pois a água nunca havia passado da calçada no bairro. Conforme as notícias se espalharam pelos grupos de Whatsapp dos empresários, de que o bairro estava inundando, Balbueno fez uma força-tarefa para subir ainda mais os produtos. A equipe trabalhou duro e de forma rápida. Fez uma pilha de tapetes em cima de mesas. Mas a água foi mais rápida.

Balbueno lembra que, quando fechou a porta da matriz, o chão já estava molhado. "No final, não adiantou nada porque a água subiu mais de dois metros e atingiu 95% dos produtos que estavam ali dentro", relembra.

Como costuma ter muito estoque para garantir a pronta-entrega, Balbueno calcula que 1.893 tapetes foram atingidos. Como são artigos nacionais e importados feitos de fibra sintética, a saída para reduzir o prejuízo foi recuperar parte desse total mandando lavar.

Assim, o empresário acredita que conseguirá salvar de 70% a 80% do estoque. A estratégia será fazer um evento promocional com esses e outros produtos. "Na realidade, eu me considero um privilegiado porque tive operações que não foram atingidas. Perto de tudo o que aconteceu, das mortes, de pessoas que perderam tudo, empresas que só tinham uma operação e perderam", lamenta.

A retomada plena das atividades ainda depende do Shopping DC, que já começou a operar de forma parcial, mas pelo tempo da loja e seu significado a ideia do empresário é manter a matriz. Embora explique que sente dificuldade de reinvestir em um lugar no qual sofreu uma tragédia. A empresa não demitiu funcionários, realocou aqueles que eram da sede e deu apoio para aqueles que perderam suas casas.

O empresário conta que participou com doações de várias iniciativas realizadas por arquitetos para auxiliar também na reconstrução de pessoas que haviam perdido suas casas.

"Levamos um banho de lama no momento em que estávamos colhendo os primeiros resultados de investimentos de anos. Para o 4º Distrito foi uma perda incrível, para o DC Navegantes também, porque estava em um momento de fortalecimento com novos empreendimentos e marcas de peso chegando. Não sei até que ponto não vai ter um retrocesso como área de lazer, de moradia. Não sei como a cidade vai fazer a leitura depois do que aconteceu", lamenta ele.

THAYNÁ WEISSBACH/JC


Empresário conseguiu recuperar entre 70% e 80% dos tapetes que foram atingidos pelas águas

Programa do Sebrae se transforma na 'Cruz Vermelha' do pequeno empreendedor

Das 400 mil micro e pequenas empresas que estão dentro do radar da Regional Metropolitana do Sebrae RS, 150 mil estão no mapa da mancha de inundação que atingiu a capital gaúcha.

A solução encontrada para atender a essa demanda inesperada veio da experiência com os empresários do Vale do Taquari, que passaram pelo mesmo problema no ano passado. Como havia um índice de mais de 95% de sobrevivência de 400 CNPJs atendidos pelo programa, o modelo foi replicado agora em 2024.

No momento, o Sebraetec Supera está trabalhando com 11.500 mil empresas afetadas pela enchente. A meta é atingir 20 mil empresas com recursos financeiros e consultorias.

A primeira etapa se estende até final de agosto e, depois, começa um processo de sustentação do programa. "Está muito recente para traçar um panorama. Estamos completando a fase dos primeiros ressarcidos. Ao longo de seis meses, vamos entender qual será o índice de sobrevivência dessas empresas", acredita Paulo César Bruscato, gerente da Regional Metropolitana do Sebrae RS.

A primeira medida foi fazer um diagnóstico da mancha dos afetados para entender o tamanho do público que teriam pela frente. Depois, foi colocado um formulário no site para cadastro dos postulantes. "Sabemos que não vamos conseguir atender a todos, por isso, várias parcerias se somaram para estender os nossos atendimentos", diz Bruscato.

O trabalho começa com a visita de um consultor até a empresa. Depois de uma análise detalhada de meios de produção e a forma como o negócio opera, é traçado um plano de recuperação, baseado num aporte de recursos. "O empresário identifica quais principais elementos que fazem ele continuar vivo, apresenta um orçamento e nós aportamos esses recursos a título de ressarcimento, dentro dos limites de cada categoria empresarial", detalha Bruscato.

Ele conta que, além do recurso, o empreendedor valorizou muito esse contato pessoal. "Às vezes, eram pessoas que nem sabiam o que fazer primeiro, por onde começar. Ter com quem conversar e fazer esse planejamento foi importante. O crédito se for mal empregado pode matá-lo, então, a intenção era ajudá-lo a criar uma estrutura", relata.

Após esse primeiro atendimento, o Sebrae disponibiliza consultorias gratuitas para o empresário dar vazão às outras necessidades, como fluxo de caixa, controle de estoque, capital de giro, gestão de compras, logística e processos. Dessa forma, o empreendedor pode se reorganizar e tomar créditos governamentais ou bancários.

As pesquisas do Sebrae indicam que a questão financeira foi a maior preocupação dos negócios atingidos pela enchente. "Nos transformamos na 'Cruz Vermelha' do pequeno empresário. Além de ele perder tudo, foi interrompido o processo de venda do serviço. Também há um abalo da autoconfiança e no voltar a acreditar no negócio. Isso também foi muito machucado", lamenta o gerente regional.

** Liège Alves é jornalista e publicitária graduada pela Pucrs com especialização em Jornalismo Aplicado. Foi editora no Jornal do Comércio e repórter do jornal Zero Hora e do Grupo Sinos. Atuou na área de Comunicação Corporativa e atualmente é diretora da Editora Essência.*

Impacto econômico da Covid-19 gera atraso no cumprimento da Agenda 2030, aponta estudo

CONJUNTURA » *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável serão prejudicados*

JONATHAN NACKSTRAND/AFP/JC



Resultados foram contrastados com um cenário pós-Covid, quando a maioria dos custos da pandemia já era conhecido

Os impactos econômicos causados pela pandemia da Covid-19 tendem a causar um retrocesso nos indicadores de saúde dos países e a gerar uma desaceleração no ritmo de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõem a Agenda 2030. É o que mostra estudo da Fiocruz Minas (Fundação Oswaldo Cruz).

Análises apontam que países com rendimentos mais baixos podem ter uma perda de progresso de 16% em todos os indicadores avaliados. O declínio é maior do que o estimado para os países de alta renda (3%). A desproporção exacerba as desigualdades globais de saúde, dizem os pesquisadores.

Publicado na revista Plos One, o estudo analisa a evolução global de 43 indicadores dos ODS, abrangendo sete temas de saúde em 185 países e faz uma projeção do desempenho deles para o período entre 2021 e 2030 para avaliar a perda potencial de progresso devido à pandemia. Os temas avaliados incluem saúde materna e reprodutiva, saúde infantil e neonatal, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis, lesões e violência, riscos do ambiente e cobertura e sistemas de saúde.

A publicação é pioneira em fornecer uma perspectiva global das repercussões da pandemia na evolução dos ODS que se relacionam à saúde.

Os pesquisadores usaram as projeções de crescimento econômico pré-Covid do FMI (Fundo Monetário Internacional) como referência e os resultados foram contrastados com um cenário pós-Covid, quando a maioria dos custos da pandemia já era conhecido.

Eles partiram do princípio de que há uma associação empírica entre bem-estar e renda. "A pandemia impacta de várias formas, nas condições socioeconômicas, ou seja, na capacidade que as pessoas têm de adquirirem o que precisam para o bem-estar, e na organização do próprio serviço de saúde. É um fenômeno tão intenso e transversal que permite que a gente compreenda a relação entre desenvolvimento socioeconômico e o efeito da alteração dessa dinâmica na saúde", diz o pesquisador e epidemiologista Rômulo Paes de Sousa.

Foram considerados também o índice de Gini, que mede distribuição de renda, e os investimentos em saúde de cada país, conforme dados da OMS (Organização Mundial de Saúde). "Queríamos mensurar como o acesso à saúde é diferenciado quando você tem níveis de desigualdade de renda muito elevado em cada país, além dos efeitos indiretos da pandemia, pelo simples fato de que as economias foram profundamente afetadas nesse processo", afirma o economista Fabrício Silveira.

Seguindo critérios do Banco Mundial, as nações foram divididas em quatro grupos: países de baixo-rendimento, cujo PIBpc (Produto Interno Bruto per capita) é de US$ 1.045 ; países de rendimento médio-baixo, com PIBpc variando entre US$ 1.046 e 4.095; de rendimento médio-alto, com PIBpc entre US$ 4.096 e 12.695; e países de alta renda, com PIBpc superior a US$ 12.696.

O estudo mostrou que as perdas de crescimento econômico são estimadas em 42% e 28% para países de baixa e média-baixa renda, e 15% e 7% em países de alta e média-alta renda, respectivamente, segundo projeções do FMI.

A desigualdade, mensurada pelo índice de Gini, influenciou significativamente 15 indicadores, com destaque para os índices de crianças com atraso no crescimento, cobertura vacinal infantil, incidência de malária, número de pessoas infectadas por doenças tropicais negligenciadas, mortalidade por doenças crônicas não-transmissíveis, prevalência de tabagismo, homicídios e nos gastos diretos com saúde.

Além disso, indicadores relacionados a doenças infecciosas -como novas infecções por HIV, incidência de tuberculose e de malária- estão entre os mais impactados negativamente, com previsão de desaceleração no ritmo de implementação nos países. A perda de progresso esperada em países de baixa renda é uma média de 34%, ante cerca de 6% em países de alta renda.

Há ainda uma previsão de desaceleração de cerca de 10% no ritmo da implementação dos indicadores referentes a saúde materna, infantil e neonatal, sistemas e a cobertura de saúde nos países de rendimento médio-baixo. Os países de baixa renda também têm impactos mais negativos do que o esperado para lesões e violência.

Para os países de rendimento médio-alto, doenças não transmissíveis, lesões e violência são os principais pontos de atenção. Entre os de alta renda, há também menos avanços em riscos ambientais e saúde materna e reprodutiva, com menores índices de desaceleração.

Só quatro indicadores não mostram diferenças regionais significativas: nascimentos assistidos por pessoal qualificado, sobrepeso infantil, taxa de mortalidade por desastres naturais e proporção da população que sofreu violência sexual.

Segundo os pesquisadores, os países com economia mais potente conseguem se recuperar mais rapidamente, enquanto os mais pobres têm um processo de reorganização mais longo, o que impacta no cumprimento dos ODS.

"Obtivemos um resultado absolutamente assustador: como serão desproporcionais os efeitos da pandemia a longo prazo, como as perdas que tivemos se acumulam e são muito maiores nos países de renda baixa", destaca Silveira.